

A RESISTÊNCIA DO TRABALHO, NO PERÍODO DA ASCENSÃO DO CAPITALISMO NO ALGARVE (PORTUGAL): BREVE BOSQUEJO A PARTIR DE UMA PERSPETIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO^{1 2}

Helder Faustino Raimundo³

Resumo

O artigo aborda o processo de construção e ascensão do capitalismo industrial e financeiro em Portugal, em particular no Algarve, no contexto da experiência da indústria das conservas de peixe. Essa ascensão dá-se num quadro de permanente e crescente luta de classes, entre a burguesia e o proletariado, como corolário dos movimentos de resistência e de revolta popular, presentes em Portugal. Neste processo assume papel de relevo o trabalho e a luta das mulheres operárias, tanto nos processos de luta de fábrica, quanto na luta nos bairros por melhores condições de vida.

Palavras-chave: capitalismo; operariado; mulheres da fábrica; luta de classes; bairros operários.

THE RESISTANCE OF WORK, IN THE PERIOD OF THE ASCENSION OF CAPITALISM IN ALGARVE (PORTUGAL). BRIEF NOTE FROM A PERSPECTIVE OF HISTORICAL MATERIALISM

Abstract

The article deals with the process of construction and rise of industrial and financial capitalism in Portugal, particularly in the Algarve, in the context of the experience of the canned fish industry. This rise takes place in a permanent and growing class struggle between the bourgeoisie and the proletariat, as a corollary of the movements of resistance and popular rebellion, presents in Portugal. In this process, the work and struggle of women workers, both in the processes of factory fighting and in the struggle in the neighbourhoods for better living conditions, play an important role.

Keywords: capitalism; working class; women workers; class struggle; working-class neighbourhoods.

LA RESISTENCIA DEL TRABAJO, EN EL PERÍODO DE LA ASCENSIÓN DEL CAPITALISMO EN ALGARVE (PORTUGAL). BREVE NOTA A PARTIR DE UNA PERSPECTIVA DEL MATERIALISMO HISTÓRICO

Resumen

El artículo analiza el proceso de construcción y el ascenso del capitalismo industrial y financiero en Portugal, sobre todo en el Algarve, en el contexto de experiencia en la industria de conservas de pescado. Esta ascensión tiene lugar en un marco permanente de la lucha de clases entre la burguesía y el proletariado, como corolario de los movimientos de resistencia popular en Portugal. En este proceso asume papel de relieve el trabajo y la lucha de las mujeres obreras, tanto en los procesos de lucha de fábrica, como en la lucha en los barrios por mejores condiciones de vida.

Palabras clave: capitalismo; la clase obrera; mujeres de la fábrica; lucha de clases; barrios obreros.

¹DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.17i32.p28309>

²Este texto é parte do conteúdo de um capítulo da tese doutoral, em preparação, no quadro do programa de doutoramento em Educação, na especialidade de Formação de Adultos, que o autor frequenta no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e que aborda a educação popular no período da revolução portuguesa de 1974-1975.

³Investigador não doutorado do grupo de investigação em Formação de Adultos, Centro de Investigação em Políticas de Educação e Formação, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. E-mail: helderfraimundo@gmail.com

Introdução

Durante a ascensão do capitalismo industrial em Portugal, são vários os autores que consideram que a estrutura econômica do Algarve assentou na pequena indústria, em que os proprietários dos meios de produção eram eles próprios trabalhadores, ou na produção oficial e artesanal³, ambas dependentes, quase sempre, do consumo interno. Apenas os ramos secundários das pescas, do sal e das conservas de peixe, rompem com esta estrutura. O que é atribuído às condições demo-climáticas da região, um troço de terra entre a Andaluzia espanhola e o Mediterrâneo (RIBEIRO, s/d; CAVACO, 1976a).

O surto industrial capitalista é incipiente e limitado, nos finais do século XIX e inícios do século XX. As estruturas de produção e as relações econômicas, até então consideradas proto-capitalistas⁴, só transparecem mais fortemente na sua dinâmica de relação social de produção capitalista com o incremento das indústrias de conservas de peixe, a partir de investimento estrangeiro, e da indústria corticeira (J. RODRIGUES, 1999). A primeira indústria favoreceu claramente o crescimento de atividades complementares associadas como a metalurgia, o comércio e, a seu montante, as pescas.

Se integrarmos esta perspectiva no contexto nacional, verifica-se que o controlo econômico e político da Inglaterra, sobre um país ao mesmo tempo colonizador e colonizado, pôde justificar a lentidão e a falta de autonomia do desenvolvimento da economia de Portugal (MÓNICA, 1986). Apesar disso a autora considera que «Portugal dos anos 1930 não se podia comparar aos países do norte europeu, tão-pouco era já a sociedade rural de meados de oitocentos» (p. 217). A passagem de uma dependência política, assente no domínio do controlo administrativo e governativo, a uma dependência econômica, faz redobrar ainda mais a dependência política, sobretudo pela via dos organismos monopolistas internacionais (R. DA COSTA, 1976). No seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo em Portugal este autor situa o começo da industrialização nos meados do século XIX, decorrente

³ A este estágio do capitalismo sucede a alienação progressiva do pequeno produtor, que se vê excluído do seu produto e do controle dos seus meios de produção, obrigando-o a vender o seu trabalho no mercado (Giddens, 2005).

⁴ Joaquim Rodrigues (1999) refere a indústria dos têxteis que ainda por volta de 1915 se constituía como um 'trust' industrial. A par de pequenas indústrias artesanais ou de pequena exploração como as indústrias de sapateiros, do esparto e da palma e dos fumeiros de figo para exportação.

até ao aparecimento das forças produtivas capitalistas com a República, em 1910. Para o autor, os diversos golpes e contragolpes da política nacional não surgiram como regresso ao passado, mas tão só enquanto reforços para «assegurar a continuidade da acumulação capitalista, passado o período de transição da República» (p. 60). É a partir do golpe de 28 de maio de 1926, que se constrói o processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal, orientado pela autonomia da burguesia industrial e financeira, dependente do capital monopolista. Situação que se irá modificar nos anos 1960, com o início da guerra colonial em África e uma dependência extrema do capital internacional.

Capitalismo limitado no Algarve

De regresso ao Algarve assentemos então na sua limitada industrialização, que segundo J. Rodrigues (1999) nunca chegou a dar o salto em frente. Para isso concorreram, segundo o autor, algumas razões, de entre as quais: i) carência de matérias primas; ii) ausência de capital e de investidores; iii) domínio da atividade mercantil estrangeira; e iv) ausência de 'revolução agrícola' regional. É assim que a dita revolução industrial no Algarve também se inicia em meados do século XIX, com o arranque das indústrias da cortiça e das conservas de peixe, apostas do capital estrangeiro na região e cujas matérias primas abundavam nos seus '*hinterlands*'. Estas indústrias «movimentaram avultados capitais, dispuseram de centenas de fábricas cada uma e de muitos milhares de operários de ambos os sexos» (p. 398).

Tal como no país, no Algarve este crescimento capitalista era dominado pela burguesia comercial emergente (sobretudo estrangeira), que se apodera e desenvolve a pequena indústria artesanal e ao domicílio, predominantes à época. Só durante a primeira metade do século XX, se assiste ao desenvolvimento autónomo e à ascensão da média burguesia, muito numerosa em Portugal (R. DA COSTA, 1976).

Descrições da literatura da época dão-nos um retrato claro e sugestivo desses tempos. Entre muitos Raul Brandão (1982), na sua obra *Os Pescadores*, data de agosto de 1922 uma descrição sobre a vila de Olhão, que reporta a meio século antes: «Os que não eram marítimos, eram filhos ou netos de marítimos, contrabandistas uns e outros, pescadores costeiros e pescadores do alto que iam à cavala a Larache» (pp. 176-177). E naturalmente Teixeira Gomes [1860-1941], escritor portimonense e

presidente da república de Portugal [1923-1925], que descreve em carta do natal de 1926, integrada na sua obra *Agosto Azul*, um episódio da pesca do atum na costa algarvia, nestes termos: «A pesca fechou acima de mil e trezentas cabeças. Mais de ‘treze centos’, como dizia a gente da companhia. Fora, na verdade, uma copejada maravilhosa» (p. 41).

Estudos dos anos pós-república confirmavam que o Algarve assentava a sua economia industrial nas indústrias alimentares e corticeiras. Em 1911, o primeiro ramo (no qual se incluía a indústria conserveira) contava com 41 fábricas e 3.206 operários; o segundo contava com 20 fábricas e 1.194 operários (CABREIRA, 1918). Já em 1917, o Algarve contava com cerca de 239 estabelecimentos industriais e 9.769 operários. A percentagem de operários no cômputo geral de trabalhadores é de quase 96% e a quota feminina sobre o número de operários de 52%, o que mostra uma grande taxa de feminização⁵, sobretudo devido à grande presença de mulheres na indústria das conservas de peixe. A dimensão média dos estabelecimentos era ainda pequena, contando com 43 trabalhadores cada (FREIRE, 1992). Entre 1917 e 1935 o Algarve assiste a um claro crescimento da sua industrialização, quer em número de estabelecimentos, quer naturalmente em índices de mecanização e contingentes de assalariados operários. As razões para estes dados podem encontrar-se sobretudo na economia expansiva do período decorrente e posterior à primeira grande guerra (1914-1918), bem como ao processo de reorganização industrial da economia portuguesa no seu todo (J. RODRIGUES, 1999). Falamos do conjunto de legislação que marcou, no campo político e legislativo, a afirmação do estado fascista em Portugal, após o golpe de maio de 1926 e que se traduziu sobretudo por duas peças fundamentais: a lei do condicionamento industrial; e a corporativização - estatuto do trabalho nacional, grémios do comércio e da indústria e sindicatos nacionais (J. RODRIGUES, 1999; DUARTE, 2003). Esta normatividade autoritária tem reflexos imediatos nos dois principais setores económicos. Nas conservas é criado o Instituto Português das Conservas de Peixe (herdeiro dos anteriores consórcios), os grémios da indústria conserveira de sotavento e barlavento (este com sede em Portimão) e o Sindicato Nacional dos Operários de Conservas de Peixe do distrito de Faro. Para a

⁵Com o termo pretendemos significar a transformação do valor social da profissão de operária conserveira, e não apenas o aumento do peso do sexo feminino na composição da profissão ('feminilização').

indústria corticeira são criados os grémios e a Junta Nacional da Cortiça (J. RODRIGUES, 1999).

Até aos anos 1960 o Algarve vive entre momentos de expansão e contração da sua economia industrial. Particularmente, a indústria conserveira cresce ainda nos períodos de conflito, designadamente com a exportação de conservas durante a segunda grande guerra (1939-1945), declinando com a concertação de fatores internos e externos opostos ao seu desenvolvimento: escassez de matéria prima; concorrência do capitalismo internacional; lutas operárias (CAVACO, 1976a; FREIRE, 1992; J. RODRIGUES, 1999; DUARTE, 2003;). As crises da indústria não surgem como ‘quebras’ do capitalismo mas, na perspetiva marxiana, «fazem parte do mecanismo regulador que permite ao sistema sobrepujar as flutuações periódicas a que o capitalismo está sujeito» (GIDDENS, 2005, p. 94). Com a articulação dos reajustamentos do capitalismo internacional, que acentuara o seu domínio colonial monopolista, no qual Portugal participa, as guerras coloniais contra os emergentes movimentos de resistência africanos, desertificam campos e fábricas, obrigam à emigração de jovens e trabalhadores para a Europa e à fuga às guerras em África⁶ (R. da Costa, 1976). As fábricas feminizam-se e o turismo surge como a panaceia para os negócios do capitalismo financeiro (J. RODRIGUES, 1999; MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010). Ao olhar para o Algarve deste período, Gomes Guerreiro (1977) denuncia a debilidade estrutural da região, considerando o crescimento desmesurado do turismo que anuncia uma monocultura destruidora da economia. Para essa visão aponta: i) a produção explorada e desqualificada; o trabalho mal remunerado; a delapidação da terra pelo capitalismo distante; e a instalação do pesadelo hoteleiro. A região permanece, nos anos prévios à revolução do 25 de abril de 1974, com uma indústria transformadora incipiente, com o decréscimo da indústria conserveira e a diminuição de trabalho no setor, apesar deste, em conjunto com a cortiça, manter ainda a maior capacidade empregadora na região (L. MADEIRA, 1990).

⁶ Sobre as temáticas abordadas podem ler-se os trabalhos coletivos: Louçã e Rosas (2004) «Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril»; Rosas (1999) «Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)»; e Varela (2012) «Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos».

Portimão, o rio e o mar

A cidade de Portimão, a poente na região do Algarve e a sul de Portugal, nasce a partir do povoamento de lugares diversos das margens e da foz do rio Arade. Tendo tido presença de navegadores, corsários e comerciantes do Mediterrâneo, as fontes mais confirmadas indicam-nos a fundação de um lugar em São Lourenço da Barrosa, no ano de 1463, por carta de licença do monarca D. Afonso V. A sua criação tinha sido solicitada por moradores da cidade de Silves que se queriam instalar na foz do rio Arade. Os próprios nomes dos moradores, Portimãos, Mascorros, Barrosos, designam o lugar ou o seu inverso. No século XV já era cercada de muros e designada vila por D. Afonso V, com a formulação de Vila Nova de Portimão (S. JOSÉ, 1983; SARRÃO, 1983; VIEIRA, 1996).

A expansão quatrocentista e quinhentista de Portugal estimulou o seu crescimento populacional e conseqüente desenvolvimento econômico, a partir das doações feitas aos nobres da corte, oriundos do norte, de património fundiário e imobiliário, com donatário poderoso na corte (VIEIRA, 1996). O declínio da cidade de Silves, devido ao assoreamento do rio e às maleitas e pestilências provocadas pela falta de água, trouxera grande parte da sua população para a nova vila, bem como quase toda a sua função portuária e comercial (CAVACO, 1976a; RIBEIRO, s/d). Vila Nova cresce em gente e riqueza nos finais do século XVI. Nesta altura os monarcas e os nobres não dispensavam a ida à novel vila, antes dos embarques das caravelas carregadas de homiziados e reclusos de Silves e de Castro Marim. Na foz do rio Arade abrigavam-se as frotas das galés que protegiam o comércio do ouro e da prata das Américas e das especiarias das Índias, das armadas espanhola e portuguesa (MAGALHÃES, 1988; COELHO, 2005). Mas a Inquisição tratou de controlar a demografia e em 1672 a população caiu para metade: os cristãos-novos foram dizimados e a «Restauração, ao quebrar os fortes laços com a Andaluzia e a América espanhola, constituíra a causa principal do declínio» (COELHO, 2005, p. 12). Em 1776, Portimão já teria perdido 42% da sua gente (Magalhães, 1988).

Silva Lopes (1988b) dá-nos conta do crescimento populacional: em 1732 a vila tinha 1.672 habitantes, crescendo para 2.961 em 1802 e para 3.619 em 1837. Após a

implantação do liberalismo em Portugal, em 1820, a livre concorrência capitalista abriu caminho à competição comercial com Espanha e à facilidade de criação de indústrias na região e na vila de Portimão; industriais, técnicos e operários qualificados, italianos, franceses e espanhóis, enxameiam as fábricas de conserva de peixe, armazéns e litografias e as frotas pesqueiras de atum e de sardinha. Nos últimos anos do século XIX Portimão tinha afetado à pesca 1.715 marítimos, sobretudo na captura de atum (R. COSTA, 2002). O Compromisso Marítimo de Portimão era antigo. Como irmandade de socorros mútuos já era conhecida desde 1497, mas com a legislação do liberalismo, passou a ser associação de classe dos marítimos em 1880 (VIEIRA, 1996).

No seu estudo sobre a demografia algarvia, entre o liberalismo e a república, R. Costa (2002) diz-nos que no ano de 1911, dos 917 imigrantes no distrito de Faro, Vila Nova de Portimão contava com 104 espanhóis; uma burguesia comercial e industrial que vem adquirindo património fundiário e industrial, tal como os seus antepassados nobres. De facto, a república, instaurada em 1910, vem encontrar Portimão já prenhe de pesca e conservas que, em conjunto com o figo constituem as parcelas da exportação econômica da terra e assim rapidamente se promove a cidade, em 1924 (G. VENTURA; PISCARRETA, 1997). Para isso bastou ter a decidir um intelectual escritor, Teixeira Gomes, que como afirma outro poeta algarvio «dedicou-se ao comércio de figos secos/e foi presidente da República/ocupação imprópria para um esteta/que via a perfeição helénica/nos rochedos da praia da Rocha» (A. VENTURA, 1994, p. 49).

No início da república o foco do desenvolvimento de Portimão é, então, o seu rio e respectivo porto, por onde se importam têxteis, químicos e ferramentas, ou folha de flandres para a litografia das latas de conserva de peixe, e esparto para as cordas das embarcações, e se exportam azeite e cortiça, frutos secos do barrocal, sardinha e atum (VIEIRA, 1996). Pelo rio abaixo, embarcadas em Silves, ou nas margens de ribeiras, chegavam as madeiras da serra de Monchique, sobretudo de castanheiro, destinadas à construção naval da frota pesqueira de sardinha, carapau e cavala (RIBEIRO, s/d; SARRÃO, 1983; LOPES, 1988b; MAGALHÃES, 1988). Portimão organizava-se dentro de um *hinterland*, desenhado pelas curvas do rio Arade (R. COSTA, 2002).

Na sua memória monográfica de Portimão, publicada em 1911, Vieira (1996) mostra-nos como a então vila 'desdobrou' um terço da população no espaço de 30 anos, rompendo os seus limites com bairros novos para 600 famílias. Razão para isto? Segundo ele «o desenvolvimento da indústria piscatória e o da conserva de peixe, que com ela se relaciona» (p. 99). Esta indústria já tinha tido o apadrinhamento da família real nos finais da monarquia, que lhe assegurava futuros esperançosos de melhoramentos e prosperidades (VIEIRA, 1996).

Na verdade, e a confiar na revista municipal de Portimão, comemorativa dos 80 anos da cidade, esta era insalubre e mal iluminada com uma área ribeirinha escusa, porca e medonha; o operariado da cidade «não era remunerado por aí além» e passava fome se não tivesse um pedaço de terra para semear ou milho para moer, «sobrevivendo como podia e Deus mandava» (p. 14). Enquanto os operários corriam aos apitos das fábricas, os industriais descansavam ou jogavam nos chalés e vivendas arte nova na cosmopolita Praia da Rocha, inventada pela burguesia já a pensar no desenvolvimento de outra 'indústria', que aí viria com novos capitais e negócios (J. VENTURA, 2005).

Com o melhor porto do Algarve (LOPES, 1988b; MAGALHÃES, 1988) a cidade de Portimão cresceu a partir dos seus eixos principais na segunda metade do século XIX, sobretudo nos locais de residência burguesa (núcleo histórico e frente ribeirinha), mas afastada dos subúrbios operários e populares, encostados ao rio (G. VENTURA; MARQUES, 1993).

Na altura da escrita da sua corografia, em 1841, Lopes assinala o aparecimento de uma fábrica de salga de sardinha e extração de azeite de prensa, criada por um negociante espanhol em 1834. Na época já quase só se comerciava peixe fresco, deixando os pescadores o cansativo e caro trabalho da salga, para procurar melhor rendimento nos botes das carreiras em Lisboa (LOPES, 1988a). A experiência de catalães, bretões e napolitanos é usada como técnica para a produção da conservação em Portimão. Nas águas do rio e na costa de Portimão pescavam quase três milhares de pescadores (2.660 marítimos inscritos na capitania, incluindo a cabotagem), em embarcações diversas, capturando várias espécies. Também se mariscava bivalves, crustáceos e moluscos no rio e na ria de Alvor (VIEIRA, 1996). Na pesca da sardinha as artes usadas eram redes de arrastar, transportadas em barcos a remos, pesadas na manobra e de fraca captura, mas em breve foram

substituídas por cercos à americana, um sistema valenciano introduzido em Portimão pelo industrial Júdice Fialho, com embarcações a vapor em 1899 (NUNES, 1956). Nos anos 1920, os cercos a vapor seriam substituídos por traineiras, de menores dimensões e com mais recursos, o que possibilitou uma grande acumulação de capital.

As revoltas dos ofícios

Os capitalistas mecanizaram grandes segmentos do fabrico das conservas, para dar resposta ao *boom* de exportação da indústria para as rações de combate durante a 1ª grande guerra mundial (DUARTE, 2003). A mecanização, apesar de introduzida lentamente e com permanentes protestos (MÓNICA, 1986), provocou revoltas do operariado conserveiro, sobretudo dos soldados⁷, considerada a ‘aristocracia operária’⁸ da indústria, que mantinham alguma independência e controlo da produção e que viam aproximar-se o fim do tempo do seu trabalho como artesãos e artífices autónomos, em vias de proletarização (MARX; ENGELS, 1974). Estes trabalhadores mantinham uma relação estreita com a obra criada, mediada pela sua tecnologia de execução, algo característico do antigo sistema de trabalho, para o qual Freire (1992) propõe a designação «de *sistema de ofício*, alargando-lhe os domínios para além do trabalho operário, centrando-o sobre o conceito de *trabalho-saber*» (p. 82). Na indústria conserveira, o mesmo autor encontra dois grandes grupos operários: os soldados, comunidade qualificada, coesa e minoritária e os trabalhadores sem qualificação, em grande número, caso dos trabalhadores de fábrica ou moços, as mulheres e os rapazes.

⁷Os soldados constituíam um grupo operário coeso e qualificado técnica e profissionalmente; empregavam um trabalho-saber na terminologia de Freire (1992), «que exige golpe de vista e firmeza de mão e, portanto, uma aprendizagem mais longa» (p. 104). A propósito dos soldados deve ler-se o artigo de Valente (1981) sobre os conserveiros de Setúbal, no qual se analisa pormenorizadamente a vida e a profissão deste grupo operário, naquele contexto histórico do último quartel do século XIX, e assinalado nas referências finais.

⁸ Conceito desenvolvido por Hobsbawm num texto de 1954, a partir de teses leninistas sobre o papel das elites operárias no capitalismo desenvolvido, mas imerso numa visão reformista da formação da classe operária na Grã Bretanha (Hobsbawm, 2005). O conceito designa um grupo operário com elevada qualificação técnica e organização hierarquizada que permite o controlo do acesso à venda do seu trabalho, pela posse de alguns meios de produção (Mónica, 1981). No entanto, Freire (1992) considera, no seu estudo sobre o movimento operário em Portugal, esta elite como sintomaticamente libertária e vanguardista na mobilização das classes trabalhadoras no período histórico da predominância da corrente anarquista.

Mas antes, também os pescadores se tinham revoltado em Portimão com a chegada das embarcações a vapor (NUNES, 1956). Na década de 1920, cerca de dois terços da população portimonense vivia da pesca e das conservas, vendendo o seu trabalho na dezena de fábricas à volta do rio Arade ou nas embarcações de pesca da costa (G. VENTURA; MARQUES, 1993). Com o declínio das exportações de guerra e o decréscimo do preço do pescado, Portimão entra na sua maior crise de emprego na indústria conserveira, com mais de um milhar de pessoas sem trabalho (DUARTE, 2003). Nas fábricas do industrial Júdice Fialho tinham sido despedidos 400 soldados⁹ e, por isso, no I Congresso dos Operários da Indústria de Conservas, realizado em Setúbal em dezembro de 1924, aquele capitalista tinha sido «abertamente atacado pela sua política anti-operária» por um delegado conserveiro (p. 106). Operários qualificados foram substituídos por mulheres e crianças, sujeitos a mais baixos salários, submissões e assédios, no contexto de um exército de mão de obra disponível no mercado de venda da força de trabalho (MARX, 1974). Nos anos seguintes, a crise permitiu ainda a redução de salários aos trabalhadores, alargando o desemprego para longa duração, dando os jornais conta de suicídios em desespero (DUARTE, 2003).

No seu processo de crescimento, os industriais organizaram a sua produção com a criação de sociedades anónimas, sistema típico das sociedades de desenvolvimento do capitalismo, «pela centralização do capital que operam» (R. DA COSTA, 1976, p. 113) e criaram um sistema de verticalização que permitiu controlar toda a fileira de produção. Assim, desde a posse da terra para produção de madeira e azeite, estaleiros para construção de frota pesqueira de captura de peixe, até às unidades de produção de pescado, fabrico de lata, embalagem e transporte até aos locais de consumo, se completava o ciclo industrial (G. VENTURA; MARQUES, 1993; DUARTE, 2003). Este processo revolucionou todas as relações sociais de produção, pois como referem Marx e Engels (1974), «a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, o que quer dizer as relações de produção, isto é todas as relações sociais» (p. 27).

⁹O meu avô paterno, António Raimundo, era na altura (1925) soldador na fábrica de conservas 'Frito Velho' em Ferragudo (perto da cidade de Portimão), propriedade do industrial Júdice Fialho. Na eminência de crise de trabalho, com mulher na mesma fábrica e um filho de 4 anos, deslocou-se para outro centro conserveiro (Peniche), vindo a trabalhar noutra fábrica do mesmo patrão, na qual pôde vender, de novo, a sua força de trabalho.

No seu estudo sobre a elite dos industriais conserveiros de Portimão, a historiadora Maria João Duarte (2003) mostra como durante os últimos anos da monarquia e após a república, o movimento operário, de forma espontânea ou organizada nos coletivos republicanos, libertários e anarquistas, organizou um conjunto de protestos, marchas e greves contra a fome, pela redução do horário de trabalho, em defesa de melhores condições de vida e por aumentos salariais. Soldadores e marítimos lideraram a primeira greve referida, a dos soldadores das fábricas da Júdice Fialho, em 1908, a partir da primeira associação de classes criada com a integração de soldadores, marítimos e corticeiros, de Portimão, Lagos, Silves e Olhão. Estas associações de classe (AC) são, na época, uma tradição instituída no movimento operário português, criadas por correntes de pensamento republicano ou socialista e que, mais tarde, a corrente anarquista vem tomar aos socialistas, contrariando as suas primeiras visões sobre a organização operária¹⁰ (FREIRE, 1992).

A partir daqui os anarquistas e os anarco-sindicalistas passaram a encarar as associações de classe como o instrumento de luta fundamental pelas reformas e veículo para a revolução (MÓNICA, 1986). Como refere esta autora, no seu estudo, as primeiras associações de classe são organizações de carácter corporativo, de defesa da profissão e da carreira. Na obra dá conta da existência de associações de classe, como a dos chapeleiros fundada em 1853, ainda antes da autorização legislativa dos governos do liberalismo, emitida em 1891. Na verdade elas «nunca tinham deixado de existir: tinham-se limitado a funcionar sob a capa de mutualidades» (p. 15). Nesses anos 1890 foram várias as associações de classe que solicitaram ao governo a aprovação dos seus estatutos. Nos últimos anos da monarquia cresce o número de organizações operárias, incluindo na indústria conserveira, e a implantação da república abre caminho a um crescimento mais significativo: 55 mil em 1917. Conhecemos o processo de escritura da associação de classe dos trabalhadores das fábricas de conservas de Lagos, no Algarve, cujos estatutos são publicados no *Diário do Governo* de 23 de fevereiro de 1912. No documento é claro que só podem pertencer à associação os trabalhadores daquele ramo de trabalho. Neste mesmo ano

¹⁰ O escritor anarquista Edgar Rodrigues considera 1839, o ano da criação da Associação dos Artistas Lisbonenses, o início de uma nova era operária em Portugal, quando se dão «os primeiros esforços em prol da emancipação operária», ainda antes da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, de índole marxista. Em 1850 era organizada a Associação dos Operários e em 1852, por iniciativa dos socialistas, é criado o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas. Entre 1839 e 1885 são constituídas muitas estruturas associativas operárias (E. Rodrigues, 1977).

forma-se em Portimão a Associação de Classe dos Marítimos e no ano seguinte a AC dos Soldadores; em 1915 surge uma nova AC, a dos Estivadores (Duarte, 2003).

As mulheres das fábricas

Entre os anos de 1920 e 1960 a população da cidade de Portimão quase duplicou, crescimento muito acima da percentagem de 16% na região do Algarve. Donde vêm estas pessoas? São pequenos camponeses e assalariados agrícolas que migram do barrocal e da serra do Algarve e dos concelhos limítrofes, para trabalhar nas fábricas de conserva de peixe, e habitantes das áreas de costa do país que integram as embarcações de pesca. Estas, crescem de 241 barcos registados em 1904 para 844 inscritos em 1957 (G. VENTURA; MARQUES, 1993).

Grande parte desta gente são mulheres, que engrossam as fileiras operárias das fábricas e dos armazéns das conservas, ou ainda integram a crescente criadagem dos patrões da indústria, nas suas várias propriedades rústicas e urbanas.

A indústria de conservas é palco de uma crescente feminização do seu operariado, quer seja permanente ou precário (eventual, no registro oficial), grande parte analfabeta, ou apenas sabendo assinar o seu nome¹¹. Elas vinham dos afazeres da casa, de pequenos trabalhos domésticos ou das fainas do campo e da pequena horta de subsistência. Agrupam-se em barracas degradadas e insalubres à volta das cinturas industriais das conservas e nas margens do rio, num processo de proletarização de camadas sociais de trabalhadores não assalariados, nunca visto no Algarve (G. VENTURA; MARQUES, 1993; DUARTE, 2003).

No seu estudo sobre artesãos e operários Mónica (1986) faz uma descrição bem vívida do trabalho e da vida das mulheres têxteis (setor industrial no qual o trabalho em massa das mulheres primeiro se evidenciou). Acusadas de 'zaragateiras e mães desnaturadas', passavam o dia a trabalhar até altas horas, sem descanso e quase sem dormir, alimentando os filhos que cedo entravam na reprodução social do capitalismo, em casas insalubres e miseráveis, muitas vezes sem algo que comer.

¹¹ De acordo com Mónica (1986), no final do século XIX a taxa de analfabetismo em Portugal era de 79%, «quando a maioria da população da Europa já sabia ler e escrever» (p. 16). No entanto, era claro que artesãos e artífices eram considerados cultos, pelo seu autodidatismo, como por exemplo chapeleiros e vidreiros (Mónica, 1986); ou sapateiros, metalúrgicos e gráficos, sendo que na indústria conserveira as mulheres eram mais letradas do que os homens (Tengarrinha, 1999).

Ainda jovens, por volta dos «trinta anos, estavam velhas. A fábrica dera cabo delas»¹² (p. 195). Eram ‘pau’, ou mão para toda a obra, sendo obrigadas a aceitar todos os trabalhos a que as obrigavam patrões e mestres ou mestras (BARBOSA, 1941). Quase sempre eram estes últimos que batiam, assediavam ou ameaçavam, dado que os patrões assumiam uma estratégia paternalista, mediando hierarquicamente a sua disciplina e exploração do trabalho através dos seus gestores¹³. Mas mesmo assim não se coíbiam de despedir diretamente, despindo a sua capa patronal de estilo paternalista e assistencialista¹⁴ (DUARTE, 2003) como aconteceu com Cayetano Feu, patrão da fábrica de conservas de peixe Feu Hermanos, ao despedir uma operária por protestos contra o excesso de horas de trabalho, ou com Júdice Fialho, em vários momentos já referidos neste artigo¹⁵. Como refere Giddens (2005, p. 99) a «separação entre os possuidores do capital e os gerentes das empresas prova-nos até que ponto o primeiro grupo, que deixa assim de desempenhar um papel direto no processo produtivo, era supérfluo».

¹² Descrições contemporâneas destes períodos do desenvolvimento capitalista, dão-nos uma ideia muito clara da vida dos trabalhadores e operários e particularmente das mulheres. Leia-se por exemplo a obra de George Orwell «Na Penúria em Paris e em Londres» (2003), escrita em 1933, sobre a sua experiência romanceada junto dos mendigos e trabalhadores explorados das duas grandes cidades. E ainda Jack London (2002), que no seu livro «O Povo do Abismo», publicado em 1903, retrata de forma sensível e realista a vida e o trabalho dos trabalhadores do East End de Londres, paraíso do capitalismo industrial em desenvolvimento e alfofre de miséria e exploração desmedidas.

¹³ Os gestores, ou a classe dos gestores, é um conceito introduzido por Bernardo (2009) numa das suas obras de análise marxista «Economia dos Conflitos Sociais», cuja primeira edição é de 1991. Nela apresenta a ideia de gestores enquanto bifurcação da classe capitalista, separando-se esta em duas, a classe burguesa e a classe dos gestores, a primeira definida no âmbito dos seus microcosmos, sendo que a segunda é perspectivada através da sua integração no processo global. Partindo do ponto de vista marxista das classes enquanto sistema de relações sociais e não como elementos estáticos, diz o autor: «Defino os gestores em função do funcionamento das unidades económicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho» (p. 218).

¹⁴ Diversos trabalhos mostram esta estratégia paternalista e assistencialista, separadamente, mas muitas vezes associadas, como por exemplo na obra de Almeida (2009) sobre o principal patrão da indústria portuguesa, Alfredo da Silva, neste caso assente na análise do chamado ‘discurso escondido’. Ver também Freire (1992) em nota 63 (pp. 147-148). Sobre as origens e os perfis históricos dos patrões da indústria em Portugal será indispensável ler o artigo de Filomena Mónica (1987) sobre capitalistas e industriais, entre 1870-1914.

¹⁵ No Arquivo Histórico do Museu Municipal de Portimão, no Fundo Indústria Conserveira/Subfundo Júdice Fialho podemos encontrar uma carta do Consórcio Português de Conservas de Sardinha, delegação de Portimão, datada de 24 de fevereiro de 1936 a pedir esclarecimentos sobre o despedimento da operária MI, sujeita a perseguições do encarregado da fábrica, assunto denunciado pelo Sindicato (doc. 5995). A empresa Júdice Fialho responde em carta de 27 de fevereiro, justificando o despedimento por incumprimento de ordens e defendendo o visado encarregado e o mestre de fabrico e informando de que «nesta fábrica não há o hábito dos encarregados perseguirem os operários, apenas exigem o trabalho bem feito e disciplinado» (doc. 5956). Ambos os documentos encontram-se na caixa 432.

Contra a monarquia e a república: a mesma luta

Na conjuntura econômica da última década do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, a indústria conserveira tem sempre taxas de crescimento acima dos 245% e no advento da república já ocupava o terceiro lugar na indústria nacional, quer em número de trabalhadores, quer em produtividade (J. RODRIGUES, 1997). Estes resultados eram alcançados à custa de longas jornadas de trabalho, de trabalho noturno e horas extras não pagas, do trabalho de menores e de salários baixos, num processo de extração de mais-valia, por via do uso de força de trabalho superior ao valor da força de trabalho inserida no produto (MARX, 1974). Para contrabalançar os custos com os salários e quebrar o poder reivindicativo dos soldados, mulheres e rapazes eram colocados nas máquinas de cravar e de soldar que mecanizaram a indústria, deslaçando a solidariedade e a coesão operárias, muitas vezes abrindo fissuras e confrontos entre categorias de operários (VALENTE, 1981; J. RODRIGUES, 1997).

Neste contexto a resposta operária, espontânea ou organizada, faz-se sentir em Portimão, durante o mesmo período, correspondendo à realidade da luta de classes, quer de forma passiva ou ativa, quer em processos mais reformistas ou de cariz revolucionário (MARX; ENGELS, 1974).

No estudo já referido, Duarte (2003) inventaria em Portimão, no pós-república, um conjunto de protestos operários, de iniciativa operária direta ou liderados pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e comunista. Conhecida já a primeira greve dos soldados de Portimão, em 1908, podemos referir: i) as greves dos marítimos de 1910-1911, após a regulamentação da lei da greve pelo governo republicano, conhecido como o 'decreto-burla' pelos anarquistas¹⁶, e que se prolongou por dois meses; ii) a participação na greve geral de 1918, convocada pela União Operária Nacional¹⁷, em que participaram conserveiros, gráficos e ferroviários, reprimidos violentamente pelas forças militares, da qual resultaram 10 mortos e muitos feridos. A carestia de vida, o desemprego, as vidas perdidas na primeira grande guerra e a gripe

¹⁶ Ver Freire (1992).

¹⁷ A UON foi criada no Congresso de Tomar, em 1914, a partir da CECS, Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, num momento de predomínio da corrente sindicalista revolucionária e de refluxo da corrente socialista (R. da Costa, 1976). De acordo com Freire (1992) a UON adotou o sistema orgânico federalista do anarquismo de influência francesa, designadamente da CGT (nota 58, p. 218). A partir de 1914 são os anarco-sindicalistas que dominam a liderança, por exemplo nas iniciativas do 1º de maio (Fonseca, 1990).

pneumónica de 1918, combinaram-se num efeito explosivo sem precedentes, em que os «ferroviários quiseram, ali, obrigar os marítimos a não pegar no trabalho, e coagiram os do comércio a encerrar as portas dos estabelecimentos» (DUARTE, 2003); iii) em 1922, os calafates e os operários litográficos do Fialho entram em greve de solidariedade com as 10 operárias que se tinham recusado a trabalhar com as máquinas de cravar lata, trabalho para o qual não se consideravam habilitadas. Apesar da promessa da associação dos patrões de não haver represálias, foram despedidos 155 trabalhadores; iv) o período entre 1923-1926¹⁸ é de grande crise económica no Algarve, com expressão evidente no centro operário de Portimão. Aqui podemos referir as greves de apoio aos operários corticeiros de Silves que, num protesto prolongado de dois meses, colocaram os seus filhos em casas de trabalhadores de Portimão e de Olhão. Era habitual a articulação de marítimos e corticeiros no processo reivindicativo, dadas as características dos seus processos produtivos e da sua situação nas relações sociais de produção e, neste caso, desenvolveram-se mecanismos e redes de solidariedade entre ambos (J. MADEIRA, 1999); em 1926 ainda se destaca a greve dos cercos de captura de pescado da empresa Júdice Fialho, numa altura de crise económica e de fome.

A partir deste período e com o golpe militar de 28 de maio de 1926 e a implantação da ditadura militar, a repressão abate-se sobre o movimento operário, não só diretamente sobre os protestos, greves e manifestações nas fábricas e nas ruas, mas tentando decapitar lideranças e imprensa operária. Muitos dos líderes operários, anarquistas e comunistas, são perseguidos e presos¹⁹ (DUARTE, 2003; VASCONCELOS, 2011). Apesar da conjuntura política desfavorável, são conhecidas várias palestras e comícios, bem como manifestações de rua, como no caso do 1º de maio, nos anos de 1926, 1928 e 1931. Em 1926 um grande comício é convocado pela União de Sindicatos de Portimão, com a presença de líderes operários de Olhão, onde se apela à criação de comissões operárias por todo o Algarve, com vista à representação a enviar a Lisboa.

¹⁸ Para o período considerado deve ler-se a comunicação de Vasconcelos (2011), referenciada no final do artigo.

¹⁹ Entre outros é devida homenagem de destaque ao professor e pedagogo José Negrão Büisel, destacado dirigente anarquista, representante e líder de grande parte das lutas operárias nas primeiras décadas do século XX. Fundou e dirigiu o grupo libertário *A Verdade*, inscrito na Federação Anarquista do Sul, bem como um jornal libertário com o mesmo nome, que se publicou entre maio e agosto de 1902.

Em 1931 é proibida a manifestação do dia 1 de maio em Portimão, num momento de grave conflito de classes em Portugal, em que a ditadura preparava as traves-mestras²⁰ da sua ideologia corporativa, o que viria a acontecer nos anos de 1933-1934 (R. DA COSTA, 1976; FONSECA, 1990;). A tentativa de greve geral de 18 de janeiro de 1934²¹ é uma resposta contra a política fascista de perseguição e de repressão ao movimento operário e aos trabalhadores de Portugal e suas organizações políticas, sindicais e culturais. Em Portimão criou-se um comitê integrado na organização nacional que incluiu ativistas anarquistas e comunistas, o qual liderou as adesões dos trabalhadores da cidade (sobretudo dos conserveiros), de Silves e de outros locais do Algarve. Para Fonseca (1990) foi o canto do cisne do sindicalismo livre e da autonomia operária em Portugal, pois o «18 de Janeiro de 1934 foi mais o enterro de uma ficção do que a morte de uma realidade» (p. 80). O sindicalismo social-democrata da corrente socialista tinha-se autodissolvido com o fim do Partido Socialista em 1933, enquanto a corrente anarquista resistia já em agonia, sob a perseguição salazarista; entretanto o Partido Comunista defendia a integração dos seus militantes nos sindicatos fascistas.

O regime não perdera tempo e no ano seguinte ao da legislação que criou os sindicatos nacionais, é criado o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Faro, com sede em Olhão (1934). Rapidamente, em setembro desse ano, é assinado um acordo entre o sindicato e o Consórcio Português de Conservas de Sardinha, mais tarde plasmado em contrato coletivo, no ano de 1936 (DUARTE, 2003). Concretizava-se assim o sonho da conciliação entre capital e trabalho e do fim das 'lutas de classe'. Tal como Marx referira, nas conferências de 1847, «dizer que os interesses do capital e os interesses dos operários são os

²⁰ De acordo com R. da Costa (1976, pp. 65-66), as três pedras mestras do fascismo assentavam no seguinte suporte jurídico: Estatuto do Trabalho Nacional (encerramento da CGT/Confederação Geral do Trabalho e fascização dos sindicatos; Lei do Condicionamento Industrial (aparentemente não concorrencial, desenvolve os monopólios da grande burguesia); Acto Colonial (controlo político da economia colonial pelo capitalismo monopolista).

²¹ Não cabe aqui a análise destes acontecimentos, sobre os quais muito se tem escrito. Para além dos escritos de época e do pós-abril 1974, marcados por um necessário pendor ideológico, devemos referir sobretudo o livro de Fátima Patriarca, «Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934». Para um confronto com esta autora ler os textos de Francisco Martins Rodrigues, principalmente «Mitos do 18 de Janeiro», publicado no jornal *Público* e postado em: <https://franciscomartinsrodrigues.wordpress.com/2017/07/15/mitos-do-18-de-janeiro/#more-4064> Para o Algarve deve ser lida a tese de mestrado de João Vasconcelos (2015), referenciada no final e o texto de João Madeira (1999), ambos sobre a greve geral de 1934 no Algarve.

mesmos significa apenas que o capital e o trabalho assalariado são dois aspetos de uma mesma relação. Um é a consequência do outro...» (1974, p. 34).

O operariado conserveiro passou a ser obrigado a registrar-se no grémio dos industriais através de um livrete, e mais tarde de uma caderneta²², sem o qual não poderia conseguir trabalho, constituindo assim um exército de reserva de produção às ordens do capital, que controlava a sua organização e liderança. Dominada a resistência operária, já seria possível a 'submissão do trabalho ao capital', qualificando operários e trabalhadores das conservas em cursos e escolas técnicas e, até mesmo a «participação dos operários, não só nos lucros, mas também na administração das empresas», como defendia Guerra (1945, p. 24), no após-guerra em Matosinhos, centro conserveiro destacado. Na verdade, ao capitalismo industrial das conservas, nunca interessou qualquer tipo de literacia ou de qualificação, pois esse mecanismo encareceria o preço do valor da sua força de trabalho. Como refere Marx (1974, p. 28) «quanto menos tempo de formação profissional exigir um trabalho, tanto menor será o custo de produção do operário e mais baixo é o preço do seu trabalho, o salário».

Bairros operários: a reserva do salariado

Um dos mecanismos estratégicos para controlar e disciplinar o operariado foi a sua arregimentação em bairros operários, ditos 'econômicos', sob a capa da assistência ao pobrezinho. Limpos e bem dormidos em casas de alvenaria, com pouco espaço e muito pouco tempo para a reprodução social da descendência produtiva, os soldados do capitalismo podiam dessa forma mostrar o seu contentamento na produtividade explorada na fábrica. Acantonados entre os muros das casas e dos bairros²³, dispersavam-se na divisão do trabalho por classe, por género e por idade, pensando sempre que qualquer protesto poria em causa a sua reles habitação.

Assim, e com pompa e circunstância, é inaugurado o primeiro bairro operário nacional destinado aos conserveiros, em Portimão, em 1936. O terreno foi vendido por um preço simbólico pelo seu proprietário, o industrial Feu Marchena, dono da

²² Documentos do Arquivo do Sindicato das Conservas de Portimão.

²³ O bairro operário da fábrica S. Francisco da Júdice Fialho, no sítio do Estrumal, onde nasci e vivi até à adolescência, tinha um portão na sua única entrada, aberto e fechado diariamente por um guarda de portão, com casa anexa ao mesmo. Sucessivos vandalismos de jovens filhos de operários, e a necessidade de acelerar a chegada dos trabalhadores à fábrica, que distava 5 minutos a pé, obrigaram à retirada do mesmo.

fábrica Feu, na qual trabalhavam os operários que para lá foram viver, a cinco minutos de distância (DUARTE, 2013). A preços de renda ditos módicos, os operários poderiam aspirar a adquirir uma casinha no fim da vida, se lá chegassem²⁴. Entretanto, estariam sempre atentos e disponíveis para ouvir a sirene da fábrica quando o peixe chegasse a que horas fosse. A inauguração do bairro foi um momento de legitimação da hierarquia disciplinadora do poder: ministros e secretários de estado, industriais e autoridades encabeçaram o cortejo desde o município, à frente dos operários que foram obrigados a comparecer, pois as «fábricas encerraram para que estivessem na recepção aos membros do governo» (p. 141). A doutrinação ideológica do capital mostrou-se na alienação do trabalho: foi um operário que anunciou o nome do bairro, no meio de uma salva de palmas, batizado de Oliveira Salazar, o nome do ditador de Portugal.

O esmero colocado na manipulação ideológica da inauguração do bairro, pode ser entendido pela documentação existente no Museu Municipal de Portimão (Fundo da Indústria Conserveira | Subfundo Júdice Fialho – FIC-SJF). Quatro dias antes da inauguração, uma circular do Grémio dos Industriais informa de que após a inauguração do bairro será distribuída uma refeição de pão, arroz, grão, toucinho e carne a todas as conserveiras e aos homens servido um lanche, para «marcar de uma maneira bem clara o caminho que ao CPCP merece o operariado da indústria de conservas»²⁵; no mesmo dia outra carta do Grémio solicita que a) no domingo²⁶ cada fábrica não labore e esteja embandeirada; e b) que todo o pessoal compareça à recepção do governo... e que se incorpore no cortejo²⁷; na véspera do acontecimento, o Grémio volta a enviar carta a remeter 194 senhas para lanches na esplanada e 175 senhas para o cinema. Solicita que operários e operárias se concentrem junto dos mestres e mestras e ainda que as fábricas apitem dois minutos aquando da chegada do governo à Câmara e três minutos aquando da inauguração do bairro²⁸. Nada foi deixado ao acaso, na 'organização corporativa'. Para Duarte (2003, p. 142) «constituiu

²⁴ Uma carta do Grémio, de 27 de outubro de 1936, quatro meses depois da inauguração ainda questionava os patrões das fábricas para saber «o número de operários.... que desejam adquirir moradia n'aquele Bairro» (doc. 5934, caixa 7, FIC/SJF).

²⁵ Documento 5967, caixa 7.

²⁶ Afinal percebe-se que o descanso semanal, previsto no contrato coletivo, não era cumprido.

²⁷ Documento 5968, caixa 7.

²⁸ Documento 5969, caixa 7.

um modo de fidelizar os operários às fábricas e aos valores ideológicos do Estado Novo».

Nos anos seguintes, a estratégia de mandar construir bairros, para albergar o operariado que se deslocava, muitas vezes de longe na cidade e arredores e muitas vezes da outra margem do rio, continua com o beneplácito do município (NUNES, 1956). Em 1943 a Câmara manda construir o Bairro do Pontal, «para os pobres do concelho» (p. 46); e em 1950 é inaugurado o Bairro dos Pescadores. Estes três bairros, em conjunto com o Bairro de S. Francisco e o Bairro da fábrica Facho, serviam os patrões das fábricas Feu, Liberdade, Mercantil, Encarnada, São Francisco e Facho, com todo o seu exército de reserva reprodutiva assalariada.

Síntese final

O controlo político do estado novo, assente no poder económico e financeiro de uma nova burguesia comercial e industrial, e cada vez mais monopolista, aberta aos novos mercados de exploração nas colónias de África, foi-se acentuando até à designada 'abertura marcelista', após a morte do ditador Salazar. O complexo social e político dos anos 1960 e 1970, pautados por um conjunto de revoluções sociais e mudanças geopolíticas, vem alterar substancialmente o quadro em Portugal e no Algarve. Sabemos que o desiderato sociológico deste processo dá-se com a revolução do 25 de Abril de 1974. Este momento é, pois, o resultado do quadro de conjugação de todos os momentos de resistência, revolta e organização social, das camadas sociais mais desfavorecidas, em particular do operariado português e algarvio.

Este artigo pretendeu dar um contributo para a compreensão desses muitos momentos que construíram a história dessa luta de classes.

Referências

ALMEIDA, V. **Um Discurso Escondido. Alfredo da Silva e as greves na CUF durante a Primeira República 1910-1919**. Lisboa: Bizâncio, 2009.

BARBOSA, A. M. P. **Sobre a Indústria de Conservas em Portugal**. Lisboa: Editorial Império, 1941.

BERNARDO, J. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- BRANDÃO, R. **Os Pescadores**. Porto: Paisagem Editora, 1982.
- CABREIRA, T. **O Algarve Económico**. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1918.
- CAVACO, C. **O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar, v.1**. Faro: GAPA, 1976a.
- _____. **O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar, v.2**. Faro: GAPA, 1976b.
- COELHO, A. B. Vila Nova de Portimão. **Atlântica**, 3, pp. 10-13, 2005.
- COSTA, R. **A Emigração de Algarvios para Gibraltar e Sudoeste da Andaluzia (1834-1910)**. Lisboa: Estar Editora, 2002.
- COSTA, R. da. **O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.
- DUARTE, M. J. R. **Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- FONSECA, C. **O 1º de Maio em Portugal, 1890-1990: crónica de um século**. Lisboa: Antígona, 1990.
- FREIRE, J. **Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940**. Porto: Afrontamento, 1992.
- GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Barcarena: Editorial Presença, 2005.
- GUERRA, F. J. **A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos e no Após-Guerra**. Matosinhos: Marques Ribeiro, 1945.
- GUERREIRO, M. G. **O Algarve do Futuro na Perspectiva Ecológica**. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente, 1977.
- HOBBSAWM, E. J. **Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LONDON, J. **O Povo do Abismo**. Lisboa: Antígona, 2002.
- LOPES, J. B. S. **Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do reino do Algarve, vol 1**. Faro: Algarve em Foco Editora, 1988a [1841].
- _____. **Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do reino do Algarve, vol. 2**. Faro: Algarve em Foco Editora, 1988b [1841].
- LOUÇÃ, F.; ROSAS, F. (Org.). **Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- MADEIRA, J. A greve geral de 1934 no Algarve. In: MARQUES, M. G. (coord.). **O Algarve da Antiguidade aos nossos dias**. Lisboa: Edições Colibri, 1999. pp. 527-531.
- MADEIRA, L. Estrutura económica do Algarve: ensaio de caracterização da sua evolução e hierarquia produtiva. In: **6º Congresso do Algarve**. Silves: Racal Clube, 1990. pp. 625-630.

- MAGALHÃES, J. R. **O Algarve Económico. 1600-1773**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Coimbra: Centelha, 1974 [1848].
- MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital. Salário, Preço e Lucro**. Porto: Publicações Escorpião, 1974 [1891].
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. **Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões**. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010.
- MÓNICA, M. F. Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande. **Análise Social**, vol. XVII (67-68), 3º-4º, 1981. pp. 505-571.
- _____. **Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986.
- _____. Capitalistas e industriais (1870-1914). **Análise Social**, vol. XXIII (99), 5º, 1987. pp. 819-863.
- NUNES, J. A. **Portimão**. Lisboa: Casa do Algarve, 1956.
- ORWELL, G. **Na Penúria em Paris e em Londres**. Lisboa: Antígona, 2003.
- PATRIARCA, F. **Sindicatos Contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934**. Lisboa: ICS, 2000.
- RIBEIRO, O. **Geografia e Civilização**. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.
- RODRIGUES, E. **Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1977.
- RODRIGUES, J. M. V. **A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)**. Dissertação de mestrado em história do século XX. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (policopiado), 1997.
- _____. Produção capitalista e organização do trabalho. In: MARQUES, M. G. (coord.). **O Algarve da Antiguidade aos nossos dias**, Lisboa: Edições Colibri, 1999. pp. 393-404.
- ROSAS, F. (coord.) **Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)**. Lisboa: Colibri e Fundação Mário Soares, 1999.
- SÃO JOSÉ, F. J. Corografia do Reino do Algarve. Duas Descrições do Algarve do Século XVI. **Cadernos da Revista de história económica e social**, 3, 1983 [1577]. pp. 21-132.
- SARRÃO, H. F. História do Reino do Algarve. Duas Descrições do Algarve do Século XVI. **Cadernos da Revista de história económica e social**, 3, 1983 [c.1600]. pp. 133-174.
- TEIXEIRA-GOMES, M. **Agosto Azul**. Lisboa: Expo 98, 1997.
- TENGARRINHA, J. Os trabalhadores industriais do Algarve nos séculos XIX-XX. In MARQUES, M. G. (coord.), **O Algarve da antiguidade aos nossos dias**. Lisboa: Edições Colibri, 1999. pp. 465-468.

VALENTE, V. P. Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). **Análise Social**, vol. xvii, 1981. pp. 615-678.

VARELA, R. (coord.) **Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand, 2012.

VASCONCELOS, J. O movimento operário algarvio nos finais da I República. In: **O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal-bolsas industriais e comunidades rurais**, 2011. Disponível em: <mundosdotrabalho.upp.pt>. Acesso em 9.9.2013.

_____. **O 18 de Janeiro de 1934. História e Mitificação**. Albufeira: Arandis Editora, 2015.

VENTURA, A. **A Cidade das Palavras**. Olhão: Edição do autor, 1994.

VENTURA, G.; MARQUES, G. **Portimão**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

VENTURA, J. (ed.) Portimão, 80 anos. **Revista Municipal de Portimão**, 51. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 2005.

VENTURA, M. G. M.; PISCARRETA, L. M. **Um Olhar Sobre Portimão**. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 1997.

VIEIRA, J. G. **Memória Monográfica de Portimão**. Portimão: Junta de Freguesia de Portimão, 1996 [1911].

Recebido em: 25 de outubro de 2018.

Aceito em: 23 de janeiro de 2019.

Publicado em: 28 de maio de 2019.